

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.441.991 - RS  
(2019/0027185-6)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE : UNIÃO**  
**EMBARGADO : GABRIEL ADRIANO CARDOSO**  
**ADVOGADOS : MÁRCIA DE SOUSA GOMES - RS041214**  
**GUSTAVO MOREIRA - RS057516**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 7/STJ. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pela União contra decisão de e-STJ fls. 512/519, por meio da qual conheci do agravo e não conheci do recurso especial, que restou assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. MILITAR. OFENSA AOS ARTS. 106, III, 114, IV, AMBOS DA LEI Nº 6.880/80. MILITAR TEMPORÁRIO AGREGADO POR MAIS DE 2 (ANOS). REFORMA DE OFÍCIO. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA INCAPACIDADE DEFINITIVA. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA COM OS ARTS. 108 E 109 DO ESTATUTO DOS MILITARES. INCAPACIDADE DEFINITIVA NÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO DEMONSTRADO. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. PARADIGMA DO PRÓPRIO TRIBUNAL. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 13/STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

A embargante alega, em síntese, que a decisão embargada padeceria de omissão em relação à fixação dos honorários recursais, previstos no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Sustenta que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/2015, razão pela qual seria possível a fixação de honorários recursais, consoante Enunciado Administrativo nº 7 desta Corte Superior.

Ademais, aduz que "o novel instituto foi criado pelo legislador não apenas para remunerar o trabalho do advogado em grau recursal, mas também, e principalmente, para

inibir recursos provenientes de decisões condenatórias antecedentes" (e-STJ fl. 522).

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que sejam fixados os honorários recursais.

Sem impugnação aos aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, a decisão embargada não se manifestou sobre os honorários de sucumbência recursal, razão pela qual conheço dos embargos para sanar o vício apontado.

Considerando o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, c/c o Enunciado Administrativo n. 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), e levando em consideração o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se a majoração dos honorários advocatícios (a título de sucumbência recursal).

No caso, a verba honorária foi arbitrada pelo Tribunal de origem em 12% sobre o valor da causa, razão porque se majora tal verba para 13% sobre o valor da causa (montante total de honorários advocatícios), obedecendo o respectivo limite, respeitada a gratuidade de justiça deferida à parte autora.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, apenas para integralizar o julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator